

Anexo I

TERMO DE REFERÊNCIA

Sistema de Registro de Preços PREGÃO PRESENCIAL, ELETRÔNICO (COMPRAS)



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL GERAL DE SALVADOR**

PREGÃO SRP Nº 12/2018
(Processo Administrativo n.º 80613.005444/2018-08)

1. DO OBJETO

1.1. Futura e eventual aquisição de material de consumo odontológico, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes, estabelecidas em seu anexo A.

1.2. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e dos órgãos participantes constam no Anexo A.

1.3. Os itens do anexo A deverão atender ao especificado abaixo:

1.3.1. (GRUPO 1) Para os itens de nº 90 (Sistema de matrizes) e 91 (Matrizes - refil.) as empresas deverão cotar produtos da mesma marca para se evitar incompatibilidade de utilização de material, sob pena de desclassificação da proposta;

1.3.2. (GRUPO 2) Para os itens de nº 92 (Mandrill de acabamento), 93 (Discos sequenciais abrasivos) e 94 (Discos de feltro) as empresas deverão cotar produtos da mesma marca para se evitar incompatibilidade de utilização de material, sob pena de desclassificação da proposta;

1.3.3. (GRUPO 3) Para os itens de nº 101 (Seringa para inserção de materiais viscosos) e 102 (Pontas de reposição para Seringa) as empresas deverão cotar produtos da mesma marca para se evitar incompatibilidade de utilização de material, sob pena de desclassificação da proposta;

1.3.4. (GRUPO 4) Para os itens de nº 213 a 215 (Equipamento endodôntico) as empresas deverão cotar produtos da mesma marca para se evitar incompatibilidade de utilização de material, sob pena de desclassificação da proposta;

1.3.5. (GRUPO 5) Para os itens de nº 218 a 222 (Pontas ultrassônicas) as empresas deverão cotar produtos da mesma marca para se evitar incompatibilidade de utilização de material, sob pena de desclassificação da proposta;

1.3.6. (GRUPO 6) Para os itens de nº 336 (Articulador) e 337 (Arco facial) as empresas deverão cotar produtos da mesma marca para se evitar incompatibilidade de utilização de material, sob pena de desclassificação da proposta;

- 1.3.7. (GRUPO 7) Para os itens de nº 355 a 358 (Material de moldagem) as empresas deverão cotar produtos da mesma marca para se evitar distorções de material e incompatibilidade de utilização, o que gera alteração no resultado final do trabalho dispensado ao paciente, sob pena de desclassificação da proposta;
- 1.3.8. (GRUPO 8) Para os itens de nº 404 e 405 (Pontas ultrassônicas) e 406 (chave de ultrassom) as empresas deverão cotar produtos da mesma marca para se evitar incompatibilidade de utilização de material, sob pena de desclassificação da proposta;
- 1.3.8. (GRUPO 9) Para os itens de nº 407 e 408 (Pontas ultrassônicas) e 409 (chave de ultrassom) as empresas deverão cotar produtos da mesma marca para se evitar incompatibilidade de utilização de material, sob pena de desclassificação da proposta;
- 1.4. Os produtos deverão ser, preferencialmente acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, atendendo os requisitos de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa nº 01/2010 da SLTI/MPOG.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição dos bens elencados no Anexo A tem como objetivo o registro de preços para aquisição futura de materiais de consumo odontológicos relacionados conforme anexo, com a finalidade de suprir a demanda dos materiais, destinados a atender as necessidades da Clínica Odontológica do Hospital Geral de Salvador, visando dar continuidade ao atendimento dos usuários do Fundo de Saúde do Exército no âmbito da 6ª Região Militar. Sem o material listado em anexo a este TR não será possível dar continuidade ao atendimento odontológico neste Hospital, tendo que gerar encaminhamentos para clínicas particulares, o que encareceria muito o serviço de saúde do Exército. O HGeS atualmente conta com 21 dentistas prontos para o atendimento, que conseguem suprir a demanda de cerca de 3200 (três mil e duzentos) atendimentos/ mês.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 4.1. O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única, no endereço: Ladeira dos Galés, nº 26, Matatu, Salvador – BA, CEP: 40255-020.
- 4.2. O prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, ou a dois terços do prazo total recomendado pelo fabricante.
- 4.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.3. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso.

6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 10.1.1.** inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 10.1.2.** ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 10.1.3.** fraudar na execução do contrato;
- 10.1.4.** comportar-se de modo inidôneo;
- 10.1.5.** cometer fraude fiscal;
- 10.1.6.** não mantiver a proposta.

10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 10.2.1.** advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 10.2.2.** multa moratória de 0,4 % (quatro décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 10.2.3.** multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 10.2.4.** em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 10.2.5.** suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 10.2.6.** impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

10.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

10.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

10.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

10.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Salvador, BA, 26 de setembro de 2018

PAULA MARCELLA SILVA DRAGO – Cap
Ch Odontoclínica

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

Diante da precípua necessidade de manter os serviços da clínica odontológica do HGeS, necessitando para tanto da aquisição de materiais de consumo diversos, sou de parecer favorável à presente aquisição.

Salvador, BA, 26 de setembro de 2018

UBIRATAN DE OLIVEIRA MAGALHÃES – Cel
Ordenador de Despesas do HGeS